Carta Mensal da Gestão

RBIF11

Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra RF CP

CNPJ: 38.314.962/0001-98



RIO BRAVO

Maio23

Sobre o RBIF11

Reconhecimento IS e taxonomia própria de análise ESG	*Fundo reconhecido como Investimento Sustentável ("IS") pela ANBIMA, com uma Política IS que traz um processo de seleção objetivo de ESG, com lista de exclusão, taxonomia de ativos e avaliação de riscos e adicionalidades socioambientais*
Risco de Crédito	*Foco na qualidade de crédito de projetos de infraestrutura: todos os ativos da carteira do fundo terão rating independente de crédito*
Diversificação	*Carteira bem diversificada e líquida, tanto em ativos quanto em segmentos de infraestrutura, na busca de uma boa relação entre risco e retorno*

OBJETIVO DO FUNDO

Investir preponderantemente em cotas de FI Infra, que investirão preferencialmente em debêntures de infraestrutura e ativos incentivados que se enquadrem na Lei nº 12.431/11, ativos com classificação de risco por uma agência classificadora de risco especializada e processo de integração de questões IS e de ESG com a análise fundamentalista de crédito. Para saber mais, acesse https://www.youtube.com/watch?v=EK4ol4vbWhM

TRIBUTAÇÃO

Isenção de tributação nos rendimentos e no ganho de capital na venda da cota. Alíquota de imposto de renda de 0% apenas para pessoas físicas. Pessoas jurídicas estão sujeitas à alíquota de 15% nos termos do art. 3º § 1º da Lei 12.431/2011.

COMO INVESTIR?

Você pode investir no Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra pelo seu *homebroker*. O fundo está disponível em todas as corretoras pelo código RBIF11. Antes de investir, não deixe de ler o Regulamento do Fundo, disponível ao final desta página.

ATENDIMENTO DIGITAL

Envie uma mensagem para **(11) 3509-6600** ou clique no ícone para:

- ✓ Informações sobre nossos fundos
- ✓ Informes de rendimentos
- ✓ Atualizações cadastrais
- ✓ Disponibilidade dos imóveis dos fundos imobiliários
- ✓ Acesso direto ao time de RI

REGULAMENTO DO FUNDO

CONHEÇA A RIO BRAVO

Brasil

O reconhecimento IS - Investimento Sustentável - nasceu de uma agenda da ANBIMA, perene e prioritária, para tratar de sustentabilidade na indústria de gestão de recursos de terceiros. O tema ESG (ambiental, social e de governança) tem se tornado peça fundamental para a sobrevivência dos negócios no longo prazo e está alinhado com a crescente demanda dos investidores, empresas e demais agentes de mercado, alinhados às iminentes necessidades da sociedade e do planeta.

A ANBIMA, como protagonista do tema no Brasil, e inspirada por iniciativas internacionais, por meio de seu Grupo Consultivo de Sustentabilidade teve o importante papel de prover informações, facilitar o dia-a-dia dos gestores e incentivar a evolução dessa indústria, inicialmente pelos fundos de ações e de renda fixa, estabelecendo regras para além daquelas que integram questões de ESG, mas também contemplando aqueles que tem como objetivo o investimento sustentável, os Fundos IS.

As novas regras buscam prover ao mercado a opção qualitativa de adoção de critérios ESG na gestão de recursos, desde que os agentes atestem formalmente esse compromisso e adequem-se às regras e procedimentos da ANBIMA.

Veja na tabela ao lado os principais critérios estabelecidos pela ANBIMA.

	Gestor	Fundo IS*	Fundo que considera questões ASG
Compromisso com a sustentabilidade	Política de sustentabilidade (documento aprovado)	**Objetivo do fundo é investimento sustentável** Objetivo no regulamento do fundo e políticas de investimento que busquem alinhamento da carteira; "não causar dano" (regulamento, políticas e declaração)	**Investimentos do fundo consideram ASG** Política de investimento ou material técnico inclui consideração ASG (documentação formal)
Ações continuadas ***	Estrutura de governança (relatório aprovado)	• Estratégia (metodologias e dados) outras ferramentas e engajamento • Limitações de metodologias, dados e ferramentas • Medidas de due diligence e monitoramento (demonstrativo/relatório periódico**)	• Metodologia e dados; limitações • Outras ferramentas e engajamento (quando for o caso) • Medidas de due diligence (demonstrativo/relatório periódico**)
Transparência	Divulgação da política e da governança (site/materiais do gestor)	• Divulgação de objetivo, estratégia e ações para buscar e monitorar o objetivo (materiais do fundo/lâmina) **Nome do fundo inclui IS**	• Divulgação de metodologia, fontes de dados, limitações e ações de due diligence (materiais de marketing/lâmina) **Marketing inclui frase "esse fundo integra questões ASG em sua gestão"**
Importante!	Refere-se à atividade de gestão. Compromissos acompanhados de ações respectivas. Não será feita classificação de gestor	• Monitoramento do objetivo com métricas e indicadores, bem como compromisso de "não causar dano" • Riscos e oportunidades específicos	• Diferenciação em material publicitário • Acompanhamento dos parâmetros estabelecidos para consideração ASG • Carteiras com objetivos diversos

Fonte: Guia ASG II – ANBIMA. Elaboração: ANBIMA

(*) Fundos que utilizam expressões "sustentável", "ESG", "ASG", "green" ou similares devem atender às regras para fundos IS.

(**) Os mesmos requerimentos se aplicam a fundos passivos, incluindo due diligence quanto a limitações e medidas de monitoramento.

(***) O gestor pode contemplar informações sobre as ações continuadas em documentos oficiais do fundo, nos termos do Código ANBIMA de Administração de Recursos de 3°, como: regulamento, políticas, lâmia de infor~mações essenciais, questionário de due diligence, material publicitário ou técnico, entre outros documentos.

Rio Bravo Investimentos

A Rio Bravo Investimentos, por iniciativa, estabeleceu metodologia e processos para adequar-se às regras e procedimentos para reconhecimento de fundos de investimento sustentável (IS) da ANBIMA, de modo a constar o sufixo IS tanto no Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura RF CP (CNPJ:41.533.755/0001-39, veículo *master*), como no RBIF11 (veículo *feeder*), na data de 30/06/2022. Este reconhecimento é fruto de um longo trabalho do time de gestão, com comprovada atuação para buscar investimentos verdadeiramente sustentáveis, o que resultou na constituição formal da Política IS. Oportuno, é importante concluir dizendo que além das práticas adotadas pela Rio Bravo Investimentos, como já mencionadas, somos aderentes aos Códigos ANBIMA e iniciativas tais como PRI (*Principles for Responsible Investing*) e participante do IPC (Investidores pelo Clima).

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

POLÍTICA IS
FI - INFRA

Signatory of:
PRI Principles for Responsible Investment

Política IS do RBIF11

O RBIF11 é regido por uma Política IS desenvolvida em conjunto com a consultoria NINT (ex-SITAWI). Ao longo de meses, desenvolvemos limites máximos e mínimos de exposição a determinados segmentos de infraestrutura, com vistas a concentrar investimentos em projetos e empresas que apresentem maior potencial de impacto positivo ao meio ambiente e social. Na sequência, mostramos um resumo esquemático da nossa Política:

Taxonomia

Setores Primários (> 60% do PL do RBIF11)



Saneamento



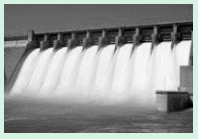
Geração Solar



Geração Eólica



Telecom



Geração Hídrica à fio d'água



Transmissão

Setores Secundários (< 40% do PL)



Mobilidade Urbana



Ferrovias

Setores Terciários (< 30% do PL)

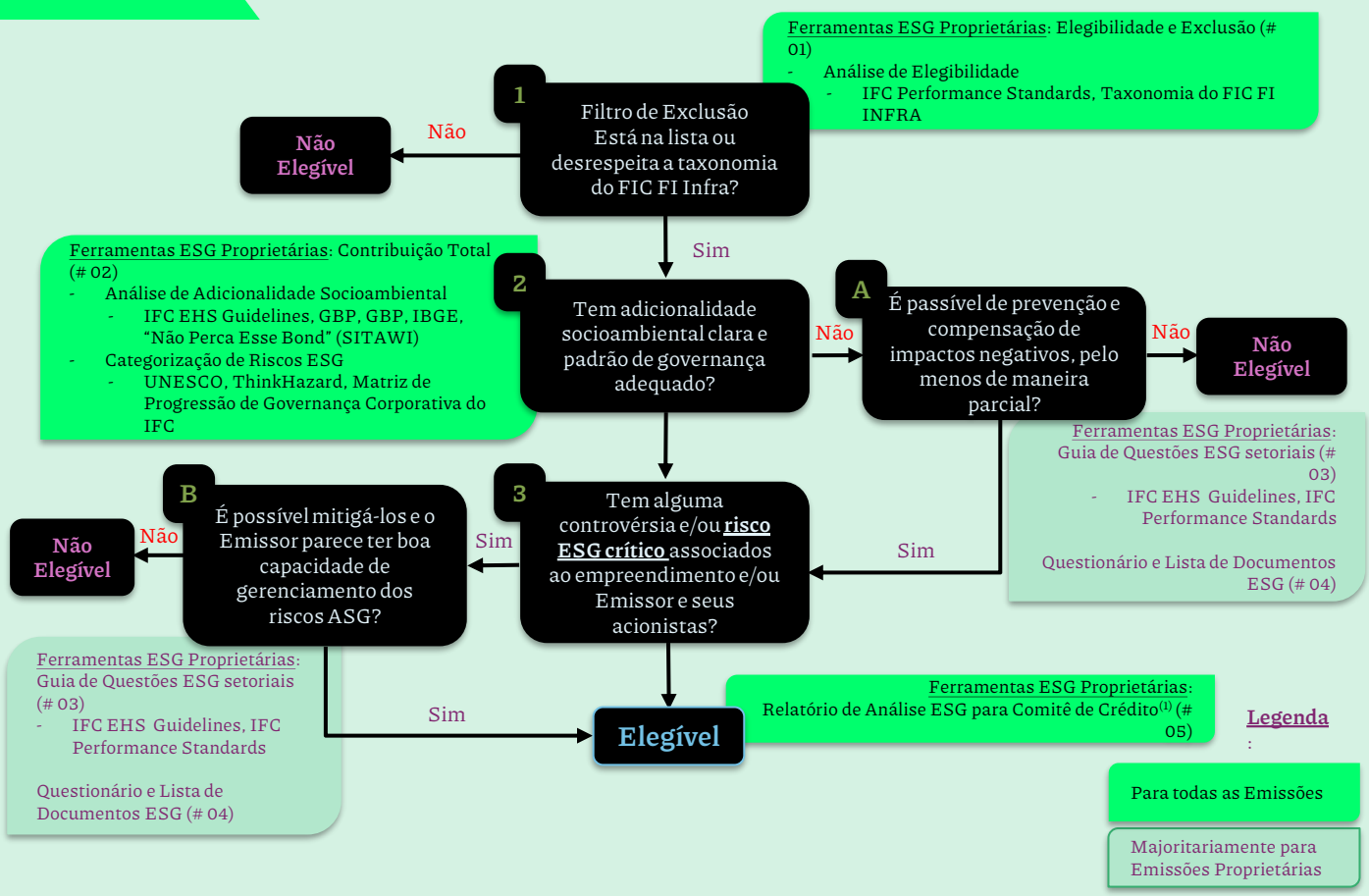


Projetos Logísticos



Térmica a Gás Natural

Processo



Visão Geral do RBIF11

Dados Cadastrais

CNPJ: 38.314.962/0001-98

Início do Fundo: 07/06/2022

Prazo de Duração: Indeterminado

Público-alvo: Público em geral

Tributação: Isenção de IRPF, tanto para ganhos de capital como para rendimentos ou outros tipos de proventos

Taxa de Gestão: 0,80% a.a.

Taxa de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia (*): 0,05% a.a.

Taxa de Performance: Não há

Benchmark: IMA-B

Gestora: Rio Bravo Investimentos Ltda.

Administrador: Banco Daycoval S.A.

Classificação ANBIMA: Renda Fixa, Duração Livre, Crédito Livre

Mercado Secundário (Mai.23)

Número de Cotistas (**): 421

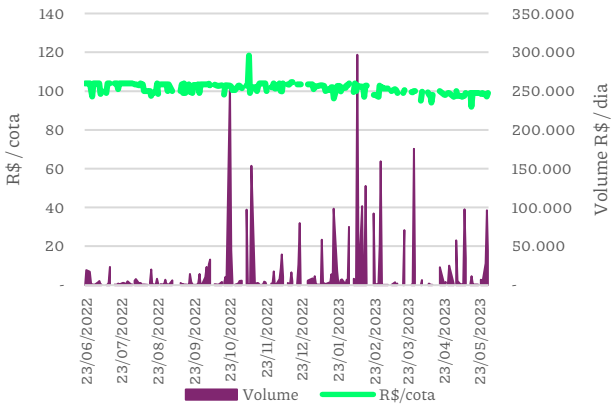
Preço Médio Ponderado no Mercado Secundário no Mês (B3): R$ 98,0 / Cota

Volume Negociado no Mês: R$ 386.795

Volume Médio Diário Negociado no Mês: R$ 17.582

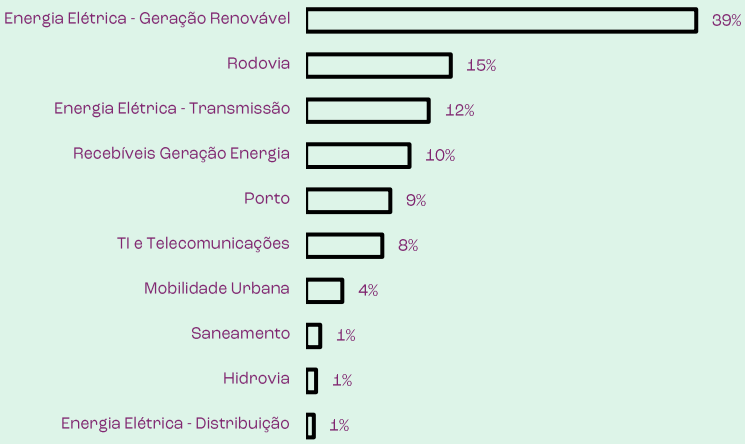
Número de Negócios no Mês: 244 Negócios

Número Médio de Negócios Diários no Mês: 11,1 Negócios

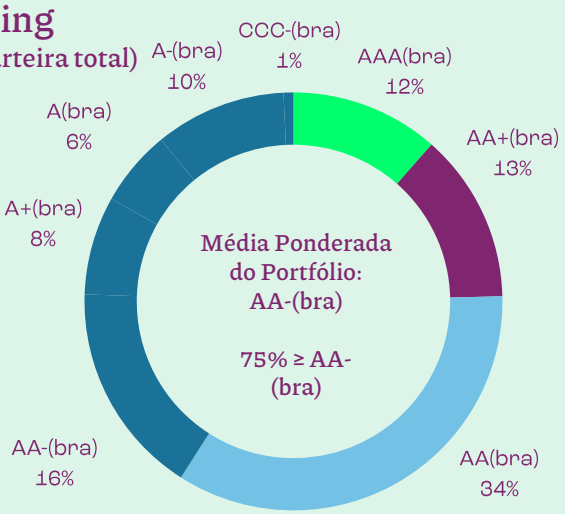


Alocação Atual

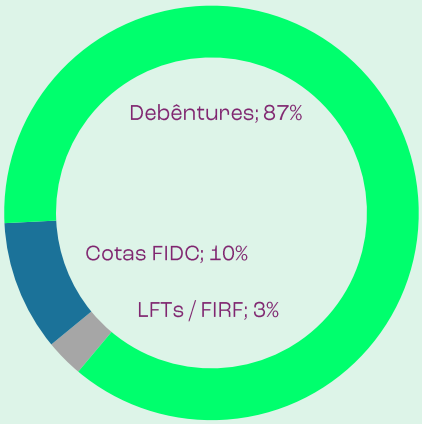
Setor (% carteira de crédito privado)



Rating (% carteira total)



Instrumento



(*) Inclui os custos de Administração Fiduciária, Custódia, Escrituração e Custódia do Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura; Valor mínimo de R$ 5.300 a partir de abril de 2023, inclusive). (**) Em 31.05.2023. Pessoas Jurídicas: 12; Pessoas Físicas: 409.

Destaques do Mês de Maio(1)

R$ 29,4 milhões
Patrimônio Líquido

409
Cotistas

5,3 anos
Duration da carteira

AA- (escala local)
Rating independente médio ponderado

IPCA+ 8,6%
Carrego da carteira de crédito (2)

CDI+ 3,0%
Carrego equivalente da carteira de crédito (2)

22 Emissores
No portfólio do fundo master (3)

10 Segmentos de Infraestrutura
No portfólio do fundo master (3)

74,0%
Referente aos Setores Primários da Política IS

R$ 94,33
Cota patrimonial marcada a mercado

R$ 98,97
Cota no secundário (5)

4,9%
Ágio da cota de tela

R$ 1,35
por cota de distribuição de Proventos no mês(6)

1,47%
Dividend yield mensal (7)

(1) Data base: 31.05.2023
(2) Ao se considerar a ponderação pelo *duration* de cada ativo, o carrego é de IPCA +7,84% a.a.
(3) Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura.
(4) Marcação na curva significa a apropriação de juros, variação monetária e ágio ou deságio no preço unitário em função da taxa de aquisição de cada ativo do portfólio e o nível de inflação mensal considerado. O valor já é após os pagamentos de rendimentos acumulados.
(5) Em 31.05.2023
(6) Competência mai/23 para distribuição no 15º d.u. de jun/23. Distribuição acumulada desde o início (jun./22) de R$ 8,68 / cota.
(7) Com base na cota patrimonial marcada a mercado de abertura do mês. O *dividend yield* sobre a cota negociada na B3 equivale a 1,36%.

Cenário Macroeconômico

Maio foi positivo para a economia brasileira. A proposta do novo arcabouço fiscal do governo afastou os cenários de cauda para a trajetória das contas públicas ainda no final de abril. Apesar da melhora no panorama fiscal, os temas políticos ainda trouxeram preocupações, com propostas do governo que relembram investidores de erros de gestões passadas. Dados da economia brasileira também trouxeram bons sinais para o cenário em maio. A prévia do IPCA, surpreendeu as expectativas e mostrou uma desaceleração importante de medidas subjacentes, que ainda estão elevadas, mas caminham no sentido correto para permitir corte de juros do BC no segundo semestre.

Já no início de junho, tivemos mais um sinal de melhora da inflação, com a divulgação do IPCA fechado de maio, que seguiu apontando para esse sentido de desaceleração. **Nas médias móveis de 3 meses dessazonalizadas e anualizadas vimos a inflação de serviços e a média dos núcleos marcarem 5,65% e 5,07% respectivamente, mais baixas do que as marcas do mês passado e se aproximando do limite superior da meta do BC**.

No mercado financeiro, a melhora das medidas de inflação pode ser vista na dinâmica da inflação implícita, que reduziu de forma relevante ao longo do mês de maio. A decisão de política monetária no início do mês, como esperado, manteve a taxa de juros. Além disso, o comunicado manteve as expectativas de cortes no segundo semestre, com a melhora de dados de inflação. Dados de atividade também continuaram positivos e a ideia de que a economia brasileira está mais forte do que o esperado foi confirmada pela divulgação do PIB, no início de junho.

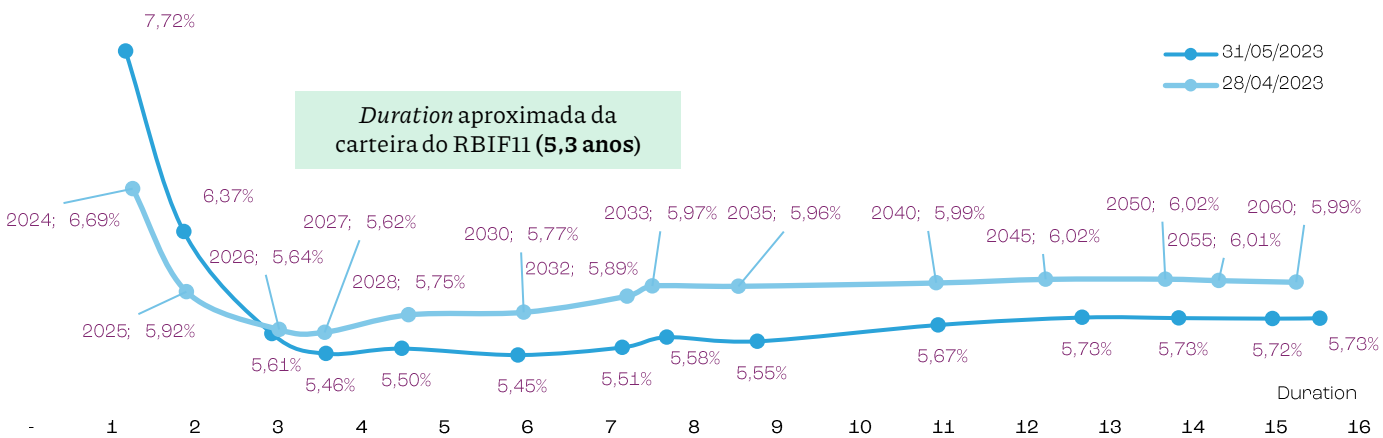
Depois de meses turbulentos para as curvas de juros, a melhora dos dados de inflação e o afastamento dos maiores riscos fiscais provocaram um fechamento importante em maio. A curva de juros real fechou entre 30 e 40bps, enquanto a curva de juros nominais viu fechamento maior, próximo de 100bps, ao longo do último mês.

Mais um mês de Fechamento estrutural dos vértices médio e longos da curva de juros real

Assim como em março e em abril, em maio o fechamento aconteceu nos vértices medianos e longos (gráfico abaixo), demonstrando contínua percepção de alívio fiscal precificado pelo mercado na curva. O resultado foi o desempenho bem positivo do IMAB (+2,53%) e do IMAB5+ (4,13%). Como houve abertura dos vértices mais curtos, o IMAB5 performou menos, mas ainda no campo positivo (+0,57%). Apesar de o IMAB ser o *benchmark* (referência) do RBIF11, monitoramos o IDA IPCA Infraestrutura, índice calculado diariamente pela ANBIMA que também é uma boa referência comparativa de desempenho por refletir uma cesta de crédito privado parecida com o fundo e refletir também o movimento dos spreads de crédito.

Dada a concentração do fundo nos vértices 2030 (~40%), 2035 (~17%) e 2028 (~12%), os quais se beneficiaram do fechamento mais intenso da curva (+2,94%), o IMAB (+2,53%) se beneficiou menos dada a sua exposição em todos os vértices de vencimentos. O fechamento médio de ~16bps nos prêmios de crédito da carteira resultou numa valorização equivalente de 3,77% na parcela da carteira exposta ao IPCA+.

Curva de Juros Reais (NTN-B) - % a.a. por *duration*



Fonte: Rio Bravo com dados da ANBIMA

Comentários do Gestor

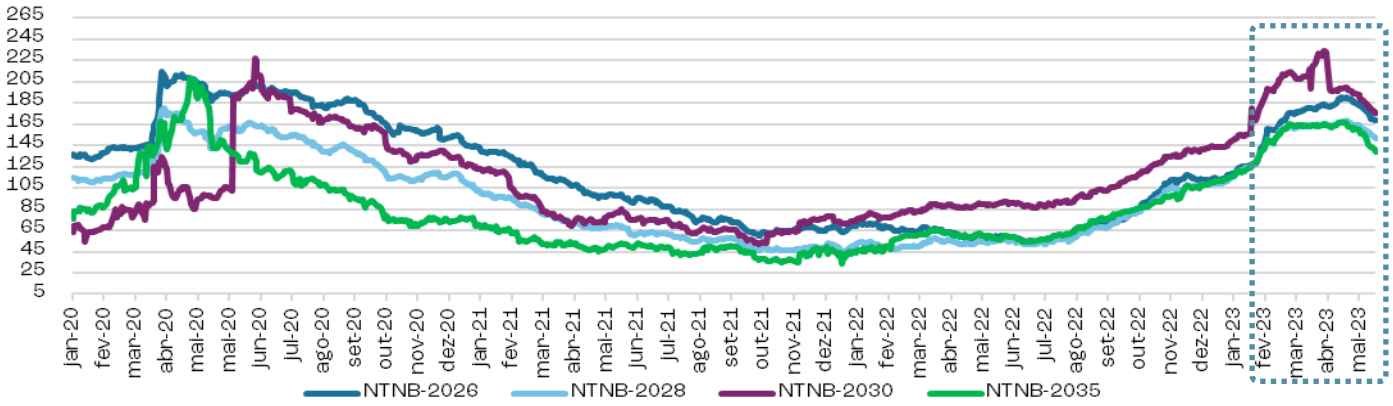
Como isso afeta o RBIF11?

A NTN-B é um título público emitido pelo Tesouro Nacional e indexado à inflação – ou seja, remunera o IPCA do período do título adicionado a uma taxa de juros real. Esse título é emitido para diversos prazos (2, 5, 15, 30 anos ou mais), a um juro (cupom) de 6% a.a. acima do IPCA, sempre pagos em periodicidade semestral. No entanto, o preço da NTN-B varia ao longo do tempo até o seu vencimento, consequentemente impactando o seu retorno total, o que é uma tradução do risco entendido pelo mercado ao longo do tempo. Quando essa percepção de risco cai, ou seja, quando essa curva de juros reais "fecha", o preço dos ativos aumenta, ou seja, a relação é inversa e não-linear. Essa é a marcação a mercado do título. Por isso vemos um impacto positivo da marcação a mercado do ativo no gráfico de atribuição de performance no mês, na página 8, no segundo gráfico.

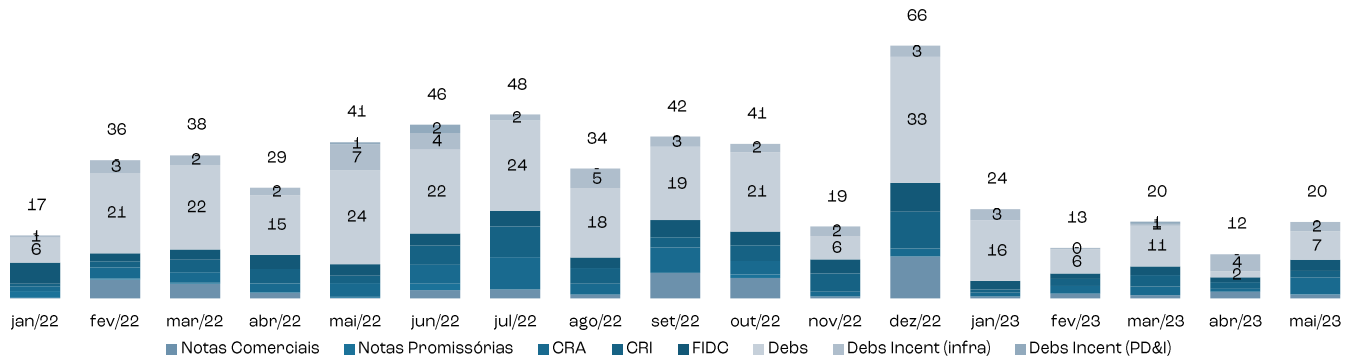
Compressão dos *spreads* de crédito

Além da marcação positiva do efeito de fechamento das NTN-Bs médias e longas, contribuindo bem positivamente para o portfólio de ativos, **em média, os *spreads* de crédito se comprimiram em maio, indicando um possível fechamento do ciclo de abertura após o cenário de crédito turbulento que se iniciou em 2023**. O IDA IPCA Infra registrou ganho de 3,64%, bem acima do IMAB justamente em razão do fechamento médios dos prêmios. Este movimento está em linha com a nossa visão exposta nas cartas anteriores, de estabilização inicial com queda gradual e acomodação em níveis acima de meados de 2021. Em maio, o *spread* médio das debêntures indexadas ao CDI+ praticamente ficou estável em maio (+10bps em abril, +100bps em março, +60bps em fevereiro) e, no caso de IPCA+, compressão entre 15 e 20 bps (estabilidade em maio, abertura de +10bps em março e +35bps em fevereiro).

Evolução média dos *spreads* de crédito | Emissões indexadas ao IPCA (bps sobre a NTN-B)



O mercado de capitais relativo a renda fixa tem voltado paulatinamente. Em maio, mostrou maior dinamismo que abril, com elevação de aproximadamente 70% no volume de emissões, atingindo R$ 20 bi. No caso das debêntures, o incremento foi de 164%, passando de R$ 6 bi para R$ 10 bi. No ano, o volume de debêntures emitidas atinge R$ 53 bi (R$ 105 bi no mesmo período de 2022), sendo R$11 bi em incentivadas (R$ 16 bi no mesmo período de 2022).



Fonte: Rio Bravo com dados da ANBIMA e Tesouro Nacional

Comentários do Gestor

É sempre importante lembrarmos que, **independentemente do movimento dos *spreads* de crédito e do nível das NTN-Bs, é importante buscar um carrego da carteira atraente e robusto de ativos com boa qualidade de crédito, pois no longo prazo o retorno da carteira converge para o seu carrego, que atualmente está em 8,6% a.a. em termos reais, ou seja, acima da inflação (equivalente a CDI+ 3,0% a.a.)**; quando ponderamos o carrego pela *duration* dos ativos, o fundo tem contratado IPCA +7,8% a.a. em média, isso porque os ativos com prazos e *durations* mais longos da carteira têm relativamente menores remunerações por se tratarem de emissões mais longas em IPCA+ com menor percepção de riscos, como linhas de transmissão.

Posição Pouco Relevante em LIGH1B e LIGHB6 com Possíveis Ganhos Financeiros Futuros

Conforme já comentado em relatórios anteriores, **o fundo possui posição pouco representativa em LIGHT, apenas 0,76% do PL em 31/05/2023, (ante 0,69% do PL em 28/04/2023 devido à sua valorização em razão da marcação a mercado positiva)**, sendo 0,47% em LIGHB6 e 0,34% em LIGH1B). Estas duas emissões estão marcadas a cerca de 40% do valor de face (30% em 28.04.2023). O impacto dessa marcação pode ser visto no gráfico de atribuição de performance do Fundo, na página 8 (impacto de +0,14% em abril).

Além do plano de recuperação apresentado, que comumente tem teor desfavorável aos credores mas que propõe pagamento de 60% do valor de face das dívidas (40% de haircut), acreditamos que a renegociação que se iniciará entre a Cia. e credores poderá resultar em ganhos financeiros futuros à medida em que os trâmites sobre a renovação da concessão com ANEEL e MME se materializem, num cenário mais favorável e realista do ponto de vista operacional e regulatório para as operações da Cia., dadas as peculiaridades no Rio de Janeiro, que demanda ação coordenada e conjunta. Vemos grande valor incorporado à concessão de distribuição com a Light , que atende cerca de 11 milhões de consumidores.

Desta forma, o comitê de crédito da Rio Bravo deliberou por continuar com as pequenas posições do fundo nas emissões supracitadas.

Comentários do Gestor

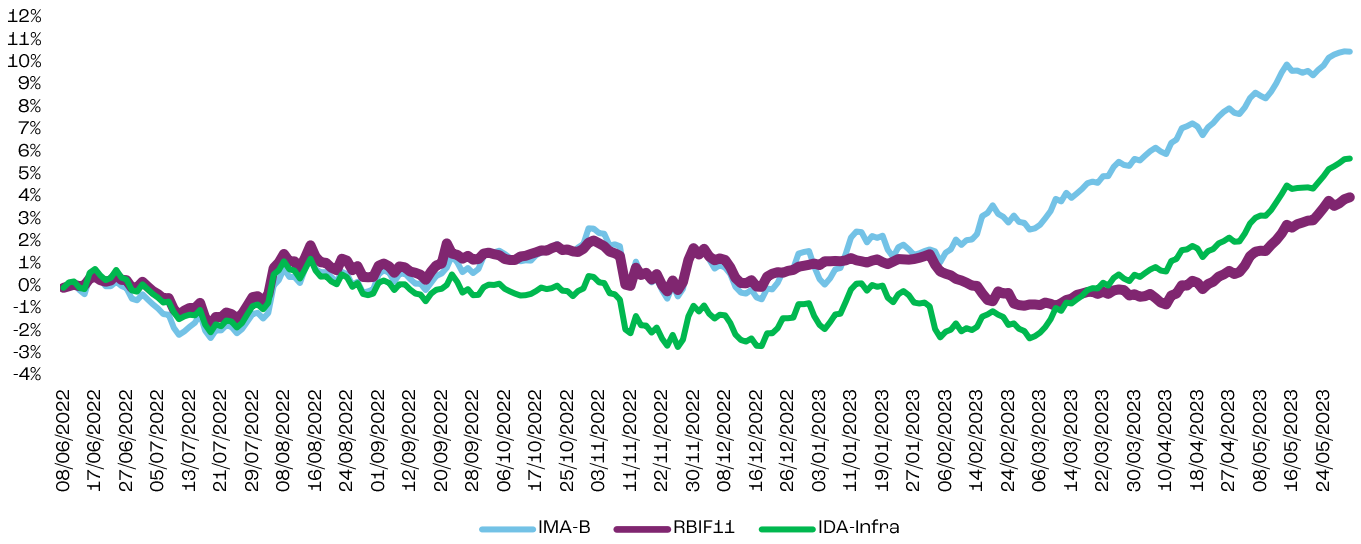
Movimentação do Portfólio de Ativos

Em maio, desinvestimos ~R$ 961 mil na 1ª emissão de cotas do FIDC Siga Energia num movimento de aumentarmos paulatinamente a exposição em ativos incentivados em IPCA+ dadas as oportunidades de compra a boas taxas de mercado. Executamos giro oportunísticos da carteira, elevando posições em Porto de Itapoá (ITPO14, de 3,8% para 5,7%) e adquirindo Omega Energia e Implantação 2 (OMNG12, 1,2%). Como um dos resultados, o carrego da carteira de crédito privado passou de IPCA+ 8,7% a.a. para IPCA+ 8,6% a.a., com duration de 5,3 anos. O Fundo passou a ter 74,0% do seu portfólio alocado nos Setores Primários de sua Política IS, detalhada na página 12 deste relatório.

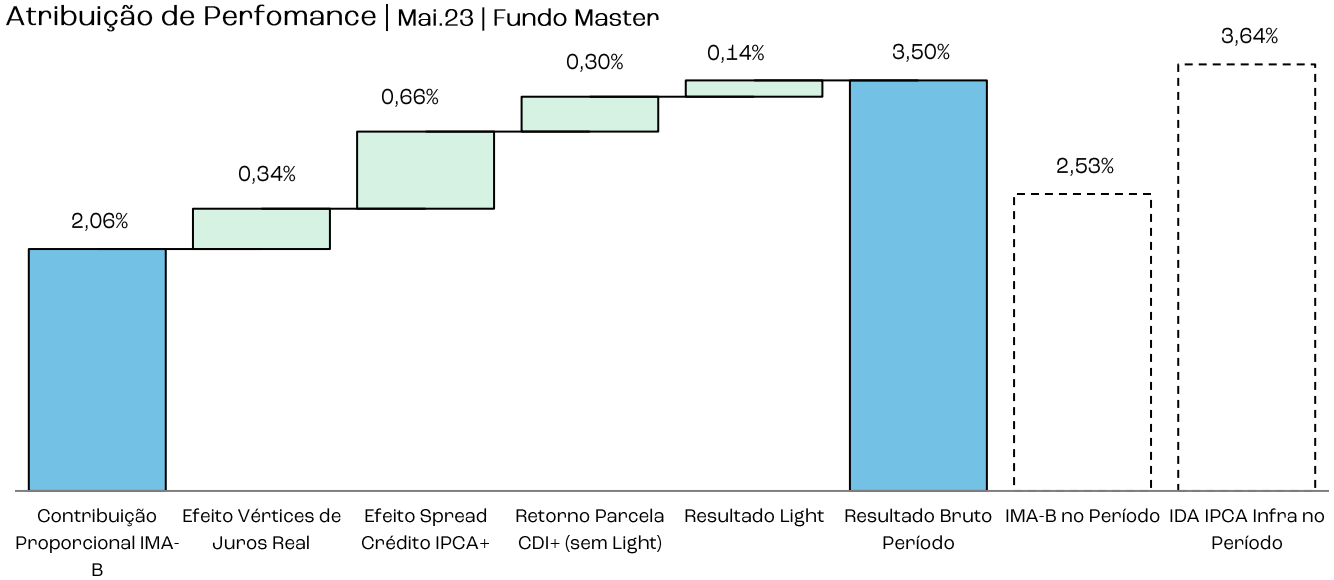
Performance do RBIF11

Conforme abaixo, a marcação a mercado do fundo Master foi de +3,50% no mês de maio. A carteira IPCA contribuiu com +2,06% relativo ao IMA-B mais 0,34% da exposição a outros vértices em proporção distinta ao IMA-B além de +0,66% referente à compressão de spread de ~16bps. Sem custos e despesas, o rendimento final do RBIF11 foi de 3,40% no mês.

RBIF11 desde o início vs. Índices



Atribuição de Perfomance | Mai.23 | Fundo Master



Comentários do Gestor

Apuração de Resultados e Distribuições de Rendimentos

O resultado do fundo depende da combinação do carrego da carteira em termos reais, variação monetária (inflação), ágio ou deságio no investimento, marcação a mercado, ganhos ou perdas de capital, variação dos *spreads* de crédito e marcação de derivativos, se for o caso.

Em maio, em função do efeito direto e indireto das remarcações de Light Sesa, além do impacto relevante de compressão dos *spreads* de crédito (-16 bps), o resultado do RBIF11 marcado a mercado foi de +R$ 3,13 por cota (+3,40%). Tendo isso em vista, optamos a distribuir R$ 1,35/cota em junho (base maio) a título de distribuição de rendimento (43% do lucro no período). O resultado restante será retido a título de reserva de lucro, no valor da cota.

A depender do nível de inflação para os próximos meses e sobretudo do comportamento dos *spreads* de crédito, entendemos ser possível manter a distribuição pelo menos igual R$ 1,00 por cota de distribuição, condizente com a qualidade da carteira do Fundo e com seu carrego atraente e robusto.

Demonstrativo de Resultados (R$)	Dez.22	Jan.23	Fev.23	Mar.23	Abr.23	Mai.23
Receitas (Curva[1])	51.974	531.132	**216.748**	**237.336**	**104.908**	**395.435**
Debêntures	262.757	342.717	271.622	339.750	82.809	320.543
LFT	13.434	17.605	14.010	14.484	2.197	-
Cotas de FIDC	51.212	49.176	53.744	51.872	54.560	59.003
Cotas de FIRF (Zeragem)	8.968	5.408	5.450	6.697	11.017	15.889
Resultado Derivativos	(284.397)	116.227	(113.078)	(235.767)	(45.674)	-
Marcação a Mercado (MaM[2])	(239.896)	(391.849)	(803.348)	(118.273)	214.450	612.003
Custos e Despesas	(32.513)	(27.472)	(43.985)	(12.936)	(27.876)	(34.416)
Resultado (MaM)	(220.435)	111.812	(630.645)	106.127	291.481	973.023
Resultado (Curva)	19.461	503.661	172.763	224.400	77.031	361.019
Qde. de Cotas	*311.475*	*311.475*	*311.475*	*311.475*	*311.475*	*311.475*
Resultado /Cota (R$/cota) – MaM	**(0,71)**	**0,36**	**(1,98)**	**0,34**	**0,94**	**3,13**
Retorno/Cota Patrimonial (MaM)	**(0,75%)**	**0,38%**	**(2,16%)**	**0,37%**	**1,02%**	**3,40%**
Resultado/Cota (R$/cota) – Curva	**0,06**	**1,62**	**0,60**	**0,72**	**0,25**	**1,16**
Retorno/Cota Patrimonial (curva)	**0,06%**	**1,66%**	**0,62%**	**0,74%**	**0,26%**	**1,18%**

Distribuição Rendimentos	Dez.22	Jan.23	Fev.23	Mar.23	Abr.23	Mai.23
Data Anúncio	06/01/23	09/02/23	09/03/23	06/04/23	03/05/23	02/06/23
Data de Pagamento	20/01/23	23/02/23	21/03/23	25/04/23	22/05/23	22/06/23
Distribuição por Cota	**R$ 0,99**	**R$ 0,60**	**R$ 0,10[3]**	**R$ 0,34**	**R$ 0,94**	**R$ 1,35**
Cota Patrimonial MaM (Abertura)	R$ 96,26	R$ 94,56	R$ 93,93	R$ 91,31	R$ 91,55	R$ 92,15
Dividend Yield (cota Patrimonial)	1,03%	0,63%	0,11%	0,37%	1,03%	1,47%
Distribuição acumulada	**R$ 5,35**	**R$ 5,95**	**R$ 6,05**	**R$ 6,39**	**R$ 7,33**	**R$ 8,68**

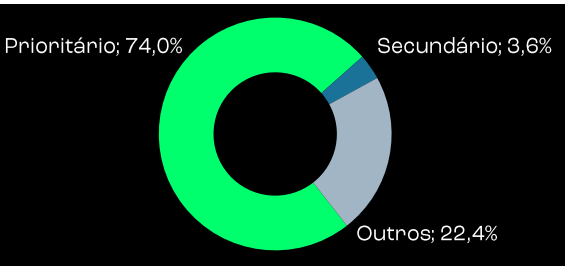
(1) Significa marcação dos valores pela curva de cada ativo (apropriação de juros, ágio/deságio no investimento e variação de principal e resultado de eventual posição em derivativos.
(2) Significa marcação a mercado, conforme metodologia do Administrador tendo como base a metodologia da ANBIMA
(3) Amortização de cotas.

Portfólio Fechamento Maio(*)

#	Código Cetip	Emissor	Segmento	Rating(**)	Índice	*Duration* Atual	Volume MaM	PL	Retorno RBIF11 (IPCA+)	Spread NTN-B 31.05.23	Retorno MaM (IPCA+)	Spread NTN-B 31.05.23	Cupom (Emissão)
						Anos	R$ mm	%	%	Bps	%	Bps	%
1	--	Recebíveis Energia Elétrica ML - 4ª série	Recebíveis de Energia Elétrica	A-(bra)	CDI	1,4	1,3	4,5%	16,5%	958	16,5%	958	DI+7,5%
2	--	Recebíveis Energia Elétrica ML - 5ª série	Recebíveis de Energia Elétrica	A-(bra)	CDI	1,4	1,7	5,6%	15,9%	907	15,9%	907	DI+7,0%
3	HBSA22	Hidrovias do Brasil	Hidrovia	AA-(bra)	CDI	4,2	0,3	1,0%	7,9%	218	7,9%	218	DI+2,4%
4	RIS411	SPE Saneamento Rio 4 S.A.	Saneamento	AA+(bra)	CDI	1,1	0,4	1,4%	12,0%	539	12,0%	539	DI+3,5%
5	LIGHB6	Light Serviços de Eletricidade	Distribuição de Energia Elétrica	CCC-(bra)	CDI	1,1	0,1	0,5%	10,4%	389	--	--	DI+1,3%
6	LIGH1B	Light Serviços de Eletricidade	Distribuição de Energia Elétrica	CCC-(bra)	CDI	1,3	0,1	0,3%	9,5%	302	--	--	DI+2,6%
7	ANET12	América Net	TI e Telecom	A(bra)	IPCA	4,7	0,7	2,4%	8,9%	303	9,3%	330	8,9%
8	MTRJ19	MetroRio	Mob. Urbana	AA+(bra)	IPCA	4,0	1,0	3,6%	8,5%	266	9,4%	353	7,1%
9	HASP11	Hélio Valgas Solar Participações	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	6,6	1,6	5,5%	8,9%	290	7,8%	188	8,3%
10	CJEN13	TESC – Terminal de Santa Catarina	Porto	A+(bra)	IPCA	5,5	0,7	2,5%	8,8%	285	8,3%	238	8,2%
11	ASAB11	Asa Branca Holding	Geração Renovável	AA(bra)	IPCA	5,0	2,9	9,8%	7,6%	164	8,9%	286	6,3%
12	ANEM11	Anemus Wind	Geração Renovável	AA(bra)	IPCA	5,6	3,4	11,7%	7,6%	177	9,3%	332	7,3%
13	VIMT13	Via Brasil MT 320	Rodovia	AA(bra)	IPCA	5,9	2,1	7,2%	7,5%	164	8,6%	271	6,2%
14	CRMG15	Nascentes das Gerais MG-050	Rodovia	AA+(bra)	IPCA	3,8	1,0	3,4%	7,3%	160	8,0%	224	6,0%
15	CNRD11	Concessionária MS 306	Rodovia	A(bra)	IPCA	6,3	1,0	3,5%	7,5%	164	8,7%	270	6,0%
16	AEAB11	AES Cajuína	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	8,8	1,6	5,7%	7,1%	104	7,8%	172	7,1%
17	OMGE31	Omega Geração	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	2,4	0,2	0,7%	6,8%	95	8,0%	209	5,6%
18	OMNG12	Omega Energia e Implantação 2	Geração Renovável	AAA(bra)	IPCA	3,1	0,4	1,2%	7,8%	202	7,6%	184	7,1%
19	BRST11	Brisanet	TI e Telecom	A+(bra)	IPCA	2,9	1,5	5,1%	7,2%	150	8,7%	284	5,8%
20	ITPO14	Itapoá Terminais	Porto	AA(bra)	IPCA	7,7	1,7	5,7%	7,8%	175	7,8%	170	6,3%
21	GBSP11	GBS Participações	Transmissão	AAA(bra)	IPCA	8,6	1,1	3,6%	7,1%	106	7,5%	144	7,3%
22	MEZ511	MEZ 5 Energia	Transmissão	AAA(bra)	IPCA	7,9	1,1	3,7%	7,1%	110	7,5%	146	7,1%
23	TCII11	AES Tucano	Geração Renovável	AA-(bra)	IPCA	7,2	1,0	3,6%	6,9%	95	7,8%	181	6,1%
24	PTAZ11	Parintins Amazonas	Transmissão	AA+(bra)	IPCA	9,6	1,4	4,7%	7,0%	94	7,6%	155	5,7%
		Portfólio Crédito Privado		**AA-(bra)**		**5,5 (equiv. NTNB 30)**	**28,5**	**97,1%**	**8,6%**	**257**	**9,2%**	**316**	**7,9%**
		Portfólio Crédito (pond. pela *duration*)		**AA-(bra)**		**5,5 (euiv. NTNB30)**	**28,5**	**97,1%**	**7,8%**	**184**	**8,5%**	**247**	-
		Liquidez - LFT / Zeragem		AAA(bra)	CDI+ / Selic+	-	0,9	2,9%	**8,4%**	**232**	**8,0%**	**232**	-
		Total de Ativos		**AA-(bra)**		**5,3 (NTNB30)**	**29,4**	**100%**	**8,6%**	**256**	**9,5%**	**314**	**7,9%**

Taxonomia ESG do RBIF11(4*)

- ✓ Setores Primários: ≥ 60% do portfólio
- ✓ Setores Secundários ≤ 40% do portfólio
- ✓ Outros Setores: ≤ 30% do portfólio



(*) Portfólio do fundo Rio Bravo ESG IS Master Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura RF CP (CNPJ:41.533.755/0001-39). Este fundo tem como único cotista o RBIF11 ; (**) Rating independente para todas as emissões; (***) De acordo com a taxonomia do fundo, ao menos 60% do investimento deve se concentrar em "Projetos Primários" (Alta adicionalidade socioambiental, como projetos de geração renovável, linhas de transmissão e saneamento); 30% em projetos definidos como "Outros" (Hidrelétricas de grande escala, Rodovias, Portos, Aeroportos, e Termelétrica a gás natural). Os projetos considerados "Secundários" devem compor no máximo 40% do fundo (Telecomunicação, Ferrovias, Sistemas de mobilidade urbana e Hidrovias). Ativos em liquidez são considerados Primários para efeito de cômputo dos valores.

Descrição dos Ativos

Asa Branca Holding (ASAB11 - AA(bra))

Subholding detentora de 100% do capital de 5 projetos eólicos operacionais localizados no RN, com 162MW de capacidade. A Asa Branca é 100% detida pela Contour Global Brasil, subsidiária integral da Contour Global PLC, Companhia focada no desenvolvimento de projetos de geração de energia mundo afora.

A Contour Global Brasil detém 4 clusters de geração de energia eólica, com capacidade de 597MW e 287MWm de Garantia Física: O complexo Chapada (473MW em 3 parques eólicos, no PI) e Asa Branca.

O complexo está operacional desde Dez-2014 e firmou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (ACL) referente ao 2º LFA de 2010, válidos até Ago-33 e com autorização de operação até Abr-46. A energia foi contratualmente adquirida por um pool diversificado de 14 distribuidoras. O contrato estabelece bandas quadrienais de amortecimento do volume de energia gerado vis-à-vis o montante contratado, mitigando o risco de volume de geração pelo projeto.

A emissão de debêntures foi usada para pré-pagamento dó financiamento com o BNDES. A estrutura da dívida é padrão *project finance*, amortizável, sênior em fluxos e garantias, indexada ao IPCA. O *covenant* é ICSD > 1,2x apurados anualmente. Há gatilhos de retenção de caixa e endividamento máximo.

Segundo a Política ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (João Câmara – RN: 0,691).

Omega Geração (OMGE31 – AA-(bra))

A Omega Geração é uma holding detentora de ativos de geração limpa e renovável, atuando sob critérios de sustentabilidade. A Companhia não assume riscos de prospecção nem de desenvolvimento de projetos, não realizando investimentos pré-operacionais nem execução de obras. A capacidade instalada é de 1,9GW (79 empreendimentos). Os ativos da Companhia estão localizados em 7 estados: MA, PI, BA, MS, MG, RJ e RS.

A OMGE31 é a 3ª série da 1ª emissão da Companhia, ocorrida em 2019 e objetivou a aquisição do complexo eólico Assuruá e a implantação de 4 parques eólicos em Paulino Neves (MA), com capacidade instalada de 108MW (Delta 5 e 6, 108MW). O total da emissão foi de R$ 810 milhões.

Omega Geração e Implantação 2 / Omega Delta 3 (OMNG12 – AAA(bra))

O Complexo Eólico Delta 3 é um conjunto de parques eólicos de produção de energia localizado no MA, na região dos Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas e Paulino Neves, e que constitui um dos maiores complexo dessa modalidade energética no estado. O complexo possui uma capacidade conjunta de produção de 221 MW. A 1ª a entrar em operação comercial foi a Delta 3 VI, inaugurado em jul/2017, e a última foi a de Delta 3 VIII, em nov/2017.

Os projetos venderam energia no leilão de Energia Nova, no ambiente regulado pelo prazo de 20 anos. As debêntures são seniores, *pari passu* com o financiamento do BNDES. Possuem conta reserva equivalente à parcela vincenda. O projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH baixo.

Anemus Wind (ANEM11 – AA(bra))

A Anemus Holding detém 100% do capital de 3 SPEs e têm o direito de exploração de 3 parques eólicos em fase de implantação em Currais Novos (RN) por 35 anos. É detida pela 2W Energia, uma das maiores comercializadoras do Brasil, em fase de crescimento e que visa a crescer no mercado livre via desenvolvimento de ativos renováveis próprios.

A 2W tem um modelo de expansão baseado numa plataforma de agentes independentes presentes em todo o Brasil, importante para crescimento no varejo dentro do mercado livre, cujos preços de energia são potencialmente maiores. A emissão conta com fianças bancárias.

A Companhia tem controles de riscos quanto à exposição da sua carteira no mercado livre e políticas socioambientais sob a responsabilidade dos diretores estatutários administrativo e de Compliance. Desenvolveu ferramentas para identificação, avaliação, classificação e controle de riscos. A emissão ANEM11 é categorizada como Verde. A estrutura da dívida é forte, com garantias, covenants e cash sweep.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (Currais Novos – RN: 0,691).

Descrição dos Ativos

AES Tucano II (TCII11 – AA-(bra))

O complexo Tucano, localizado na Bahia, foi adquirido em 2019 pela AES Brasil e prevê uma capacidade instalada de 532MW. O projeto Tucano II totaliza 167MW e 27 unidades geradoras. O projeto está 69% completo e a previsão de entrada em operação comercial é 2022.

A emissão é considerada Verde e, em 2021, foi iniciado um estudo de adicionalidade do complexo para a geração de crédito de carbono no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A AES Brasil tem rating ESG <SCI AAA e nota 9,4 de performance ESG pela Sustainalytics. A estrutura da dívida é típica de project finance.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio (Tucano – BA: 0,579).

AES Cajuína (AEAB11 – AA-(bra))

A AES Cajuína Holding detém 100% do capital de 5 SPEs e têm o direito de exploração de 5 parques eólicos em fase de implantação no RN por 35 anos. É detida pela AES Brasil. A energia gerada foi contratualmente adquirida pela AES Operações (93% da geração a P90, pelo prazo de 20 anos) e pela COPEL (4% da geração a P90 por 13 anos).

O projeto está em fase de implantação, mas os contratos e licenças já foram todos obtidos. Além isso, até o vencimento das debêntures, o projeto conta com garantia corporativa da AES Brasil para 100% do saldo. A expectativa de entrada em operação comercial é 2T/23.

A emissora conta com um vínculo econômico e societário forte com a AES Brasil, uma das principais geradoras privadas de geração renovável do Brasil. A AES Brasil tem rating ESG SCI AAA e nota 9,4 de performance ESG pela Sustainalytics. A emissão AEAB11 é categorizada como Verde.

A estrutura da dívida não apresenta garantias reais, mas a AES Brasil será fiadora de 100% do saldo da emissão até o vencimento das debêntures.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (RN: 0,691).

Helio Valgas Solar Participações (HVSP11 – AA-(bra))

Sub-holding controladora de 5 SPEs que compõe o complexo de Hélio Valgas, um projeto de geração solar fotovoltaica de capacidade instalada de 655 MWp, em Várzea da Palma MG). Esse é o maior projeto de geração centralizada controlado integralmente pela Comerc. Os contratos de venda de energia foram assinados em dólar. No entanto, o Projeto, realizou uma operação de Swap no montante da dívida emitida como forma de mitigar variações cambiais na receita.

Sediada em São Paulo, a Comerc consolida um conjunto de empresas que atuam na comercialização de energia elétrica; na gestão de energia para consumidores livres, geradores e pequenas distribuidoras; soluções de eficiência energética, baterias e plataformas de informação e tecnologia e (iv) na geração distribuída e centralizada de energia renovável por fonte solar e eólica. A Comerc detém a maior base de clientes no segmento de gestão de energia no Brasil, está entre as três maiores comercializadoras de energia no Brasil em termos de volume negociado. O projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por ter 100% da energia gerada através de fonte renovável. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio (MG: 0,731).

Parintins Amazonas (PTAZ11 – AA+(bra))

A Parintins-Amazonas Transmissora é uma concessionária de transmissão de energia, oriunda do leilão 004/2018 da ANEEL e consiste em uma extensão total de 480km de linhas de alta e média tensão e 3 subestações com capacidade total de 900 MVA.

A empresa é um projeto da Celeo Redes Brasil, que por sua vez é um grupo com 15 concessões de transmissão espalhadas em 13 estados. A Celeo Redes Brasil era responsável, em Dez-19, por 5.168km de linhas de transmissão. Os projetos são de baixa complexidade e a tecnologia é conhecida e consolidada. O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A estrutura da dívida é subordinada em relação ao financiamento de 50% do CAPEX com o Banco da Amazônia (BASA), com os debenturistas se beneficiando com os recebíveis remanescentes. O ICSD natural de 1.3x deve ser respeitado e há gatilhos de retenção de caixa.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de fontes renováveis. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio (Parintins– AM: 0,649).

Descrição dos Ativos

MEZ 5 Energia (MEZ511 – AAA(bra))

A MEZ 5 Energia compreende os lotes 4 e 5 do leilão 001/2020, localizados no RS. A MEZ 5 é o maior de 10 projetos do grupo, que tem como origem a família Zarzur, os quais carregam mais de 40 anos em experiência no setor de construção civil.

Apesar de em fase de construção, o projeto se beneficia de fianças bancárias até o início das operações comerciais. Além disso, a tecnologia do setor de transmissão é conhecida e de baixa complexidade., O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A estrutura da dívida é típica de project finance, com finanças bancárias até o fim da construção e garantias reais. Há covenants de ICSD de 1,2x calculados anualmente e conta reserva do serviço da dívida. Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive dos projetos renováveis no NE. A adicionalidade social é elevada em função da localização do projeto em região de IDH médio a elevado.

GBS Participações (GBSP11 – AAA(bra))

A GBS Participações compreende os projetos de transmissão Goyaz (144km), Borborema (124km) e Solaris (195km), localizados nos Estados de GO, PE e MG. Os projetos sagraram-se vencedores do leilão ANEEL 002/2018 e deverão entrar em operação comercial de abril/22 a junho/23. Os projetos são de baixa complexidade e a tecnologia é bastante conhecida. O arcabouço regulatório e legal é forte e estável.

A GBS Participações é 100% detida pela Sterlite Brasil Participações, que também será fiadora dos projetos até o vencimento das debêntures. Além disso, a emissão de debêntures (GBSP11) conta com fianças bancárias para mitigar o risco de construção.

Os 3 projetos preveem investimentos de R$ 1,6 bilhão e gozarão de Receitas Anuais Permitidas (RAP) combinada de R$ 120 milhões no ciclo 2021-2022.

A estrutura da dívida é um project finance, amortizáveis, seniores, com garantias reais e contam com conta reserva do serviço da dívida de 6 meses. Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta elevada adicionalidade ambiental por ser bem adaptável às mudanças climáticas e por escoar energia ao longo do Sistema Interligado Nacional (SIN) inclusive de projetos renováveis. A adicionalidade social é média em função da localização dos projetos em regiões de IDH médio (GO, PE e MG).

Hidrovias do Brasil (HBSA22 – AA-(bra))

Fundada em 2010, a Hidrovias do Brasil é uma das maiores empresas do segmento logístico, focada no modal hidroviário. O objetivo da empresa é fornecer serviços de logística hidroviária, armazenagem e serviços relacionados sob contratos take-or-pay (ToP) de longo prazo, bem como contratos anuais, por meio de uma ampla base de ativos de última geração, incluindo serviços de transbordo e terminais portuários e sua própria frota avançada de barcaças, empurradores e navios de cabotagem. Atende às necessidades logísticas de diversos setores industriais em crescimento na América do Sul – como commodities minerais, grãos e celulose – por meio de três corredores logísticos. Para empresa conta com mais de 480 embarcações e barcaças modernas, 4 terminais dedicados e mais R$ 10 bi de receitas contratadas nos próximo 19 anos.

A dívida liquida da empresa apresentou elevação nos últimos anos em linha com o plano de expansão da empresa. Atualmente a empresa possui a maior parte da dívida em dólar, dado que a empresa possui contratos em dólar. A empresa possui alta alavancagem ficando em 6,48x em 2021, com impacto negativo da queda do EBITDA devido principalmente a crise hídrica que afetou a operação. No segundo trimestre de 2022 a alavancagem da empresa apresentou redução comparando os últimos trimestres devido a retomada da operação no Corredor Norte além da apreciação do real com impacto na dívida dolarizada.

SPE Saneamento Rio 4 (RIS411 – AA+(bra))

A Aegea Saneamento é a maior companhia no setor de saneamento privado do Brasil, com contratos em 154 municípios em 13 estados do Brasil. Criada em 2010, atualmente detém 49,5% do market share do setor. São 21,4 milhões de pessoas atendidas com 44 concessões e 6 PPPs. Em abr/21, foi realizado o leilão da Cedae, empresa estatal responsável pela captação, tratamento e distribuição de água e esgoto aos municípios conveniados no estado do Rio de Janeiro. A Aegea venceu a disputa dos lotes 1 e 4. O lote 1 é formado pela zona sul da capital e por 18 outras cidades, incluindo São Gonçalo e Maricá, já o lote 4 é formado pelo centro e zona norte da capital e por 8 outras cidades, incluindo Duque de Caxias, Belford Roxo e Nilópolis. A debenture RIS411 é uma emissão da SPE refente ao leilão do bloco 4 da Cedae pela Aegea.

A emissão RIS411 em 30/07/2021 com as seguintes características: Remuneração: DI+3,5%; Vencimento em 11/11/2023 e Volume de R$ 2,570 bilhões.

A alavancagem do grupo consolidado e de suas principais subsidiárias encontram-se em nível controlado mesmo com a elevação a dívida liquida com os recentes investimentos. Assim, o indicador Dívida Liquida/EBITDA passou de 2,9x em 2015 para 2,5x no 1T22, devido ao amadurecimento das concessões levando a melhora da margem EBITDA.

Descrição dos Ativos

Brisanet (BRST11 – A+(bra))

A Companhia de telecomunicações foi fundada em 1997 com foco no atendimento a clientes com serviços de internet fixa. Atualmente, opera exclusivamente na região NE (CE, RN, PE, PB) cobrindo mais de 200 cidades. Destaca-se pelo desenvolvimento de tecnologia in house, tendo sido pioneira na implementação de internet via infraestrutura de rádio no NE. Em 2011, a Brisanet se tornou a 1ª empresa brasileira a levar, em grande escala, o cabeamento de fibra ótica diretamente ao consumidor final, sendo que hoje 100% dos clientes estão ligados por fibra ótica.

Seu modelo de negócios é marcado pela atuação majoritária em cidades do interior, com posterior migração para a capital de tal estado. Em 2019, a Companhia iniciou um novo ciclo de crescimento, tendo atingido a marca de 754 mil clientes em jul/21. Com isso, se tornou a 4ª maior operadora do Brasil e a 3ª maior quando considerados somente clientes ligados a Fibra ótica. A Companhia realizou IPO e captou R$ 1,25 bilhão.

A estrutura da dívida é corporativa, mas conta com garantias reais e fiança dos acionistas. O covenant financeiro é de DL / EBITDA < 3,5x.

Americanet (ANET12 – A(bra))

Fundada em 1996 e sediada em Barueri, a America Net é uma empresa brasileira presente em 106 cidades (4 Estados) no segmento B2C e 448 cidades (Brasil todo) no B2B. No B2C oferece telefonia fixa, conexões de alta velocidade e telefonia móvel. No B2B, oferece soluções integradas de telefonia, soluções de firewall, telefonia móvel e links dedicados. Seu fundador Lincoln Oliveira detém 30%, enquanto as firmas de private equity Warburg Pincus e Invest Tech detém 49% e 20% respectivamente.

Concentrando a atuação em fibra ótica, com rede de backbone 100% própria com mais de 50 mil km de extensão, expectativa de contínuo e forte crescimento em expansão orgânica e M&A especialmente no CO e SE, com penetração de mercado ainda menor mas com rentabilidade superior à média da indústria, a America Net deve continuar expandindo a atuação no B2C (70%-75% das receitas). Nos últimos 18 meses a empresa vem adquirindo controles em operadores de rede com infraestrutura própria e carteiras de clientes em várias regiões metropolitanas.

A emissão ANET12 é amortizável, indexada ao IPCA e vencimento em 2030, duration de 5,7 anos. Conta com covenants financeiros de DL / EBITDA < 3,5x (2022) decadente até 2,3x (2023 em diante). Não há contas reservas. Reforços estruturais: Trava na distribuição de dividendos além do mínimo legal. Garantias reais: CF de direitos creditórios e recebíveis em conta vinculada proveniente de contratos firmados pelo grupo em montante equivalente ao valor da PMT subsequente e Fiança das empresas do grupo (~R$ 234 milhões).

O projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (PR - 0,769).

Metrorio (MTRJ19 – AA+(bra))

A Concessionária MetroRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro, que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 km. O MetroRio também presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste à Zonal Sul do Rio de Janeiro.

A empresa iniciou suas operações em março de 1979 e é operada pela iniciativa privada desde 1998. O contrato de concessão possui prazo de 40 anos, após a prorrogação de 2007, com vencimento em janeiro/2038.

Recentemente a concessão vem experimentando recuperação da demanda, teve sucesso no reajuste tarifário (+12%), conseguiu waiver para troca do preenchimento da conta reserva do serviço da dívida por fianças bancárias e o Poder Concedente reconheceu um direito a R$ 328 milhões a título de ressarcimento dos impactos da pandemia. R$ 164 milhões já foram recebidos..

A estrutura da dívida é padrão project finance, com garantias e Covenants. O projeto apresenta alta adicionalidade ambiental devido ao elevado potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH elevado mas disperso (RJ- 0,80).

Descrição dos Ativos

Terminais de Itapoá (ITPO14 – AA(bra))

A Terminais Itapoá iniciou suas operações em jun/11 sob uma autorização federal de 2005. Localizado no litoral norte de SC, atende uma área que incorpora Estados da região S, SE e CO através de acessos terrestre e marítimo. É controlada indiretamente pela Portosul, controlada da Embpar Participações.

A autorização federal atual vigorará até 2039, sem limitações para extensões adicionais. Possui um calado de 16 metros, sendo um dos únicos portos brasileiros prontos para receber os maiores navios de contêineres do mundo, o que é um diferencial competitivo relevante.

A estrutura da dívida é média, pois conta com garantia real, amortizáveis até dez/36, com principal indexado ao IPCA. O covenant financeiro é Dívida Líquida / EBITDA ≤ 3,00x, apurados trimestralmente e há gatilho de distribuição de recursos aos acionistas. Há limitação de endividamento adicionais a 2,5% do PL

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (SC - 0,761).

Terminal Santa Catarina (CJEN13 – A+(bra))

Em 1996, o Governo do Estado deu início ao arrendamento do Terminal Portuário de Santa Catarina (TESC), que começou a operar junto ao Porto de São Francisco do Sul em 2001. O contrato foi renovado em 2017, vencendo em 2046;

O terminal, localizado no complexo portuário de São Francisco do Sul, é acessado pela rodovia BR-101 e por uma malha ferroviária, e fica próximo de grandes regiões produtoras de grãos. Atualmente focado em produtos siderúrgicos e celulose, também opera carga geral e de projeto.

Em outubro do 2021 - A trading de grãos Agribrasil comprou uma participação majoritária no capital social de TESC. O porto possui três berços de atracação, sendo que um deles –após obras de remodelagem– terá capacidade máxima anual para escoar cerca de 7,5 milhões de toneladas.

A estrutura da emissão de debêntures é robusta, sênior em fluxo e garantias, amortizáveis até dez/35, com principal indexado ao IPCA. O covenant financeiro para atingimento do completion físico-financeiro é ICSD > 1,1x a partir de 2024, apurado anualmente. Há Conta Reserva do Serviço da Dívida de 6 meses (1 PMT vicendo) e trava na distribuição de recursos aos acionistas.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH elevado (Joinville: 0,809).

Via Brasil 320 (VIMT13 – AA(bra))

A Via Brasil MT-320 é a concessionária responsável, até 2049, pela operação, manutenção, conservação e melhoria do trecho de 188,2 Km entre Alta Floresta e Nova Santa Helena da MT-320 e MT-208. A Companhia está em uma região estratégica para o desenvolvimento da agricultura no Brasil. As rodovias estaduais MT-320 e MT-208 são a principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste do Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do Estado.

A Via Brasil MT 320 foi constituída por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços para atuar como operadora de serviços públicos concessionados.

As debêntures são seniores em fluxos e garantias, amortizáveis até dezembro de 2036, com principal indexado ao IPCA. O covenant financeiro para atingimento do completion físico-financeiro é ICSD > 1,3x a partir de 2030, apurado anualmente. Até lá, o projeto conta com fianças não solidárias dos acionistas (52% Conasa). Há conta reserva de 1 PMT semestral e gatilho de distribuição de recursos aos acionistas no caso de baixa performance. Há também limitação de endividamento adicionais até R$ 1,5 milhão.

Descrição dos Ativos

Nascentes das Gerais (CRMG15 – AA+(bra))

A Companhia tem como atividade a exploração de trechos da Rodovia MG-050. O contrato de concessão vai até 2032. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia, na qual a região é característica por forte atividade econômica de setores, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras.

A Companhia possui como acionista a AB Concessões, holding que possui 3 concessões rodoviárias em seu portfólio e é controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias globalmente.

A estrutura da dívida é padrão de project finance, sênior em fluxos e garantias, amortizáveis até dez/30, indexada ao IPCA. O covenant financeiro é ICSD com caixa > 1,2x (até completion financeiro) e ICSD sem caixa > 1,4x (após completion financeiro) apurados anualmente e há gatilho de distribuição de recursos aos acionistas de 1,3x. Há limitação de endividamento adicionais até R$ 15 milhões.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é média em função da localização do projeto em região de IDH médio.

Concessionária MS 306 (CNRD11 – A(bra))

A concessão da MS-306 foi assumida pelo grupo Way 306 em 2020 com início da cobrança de pedágio em abr/21. A concessão é estadual, regulada pelo SEINFRA-MT, se desenvolve ao longo da fronteira de Mato Grosso do Sul com Goiás, compreende todos os 219.5km de extensão da rodovia e atende desde a divisa com Goiás até Cassilândia-MT com 3 praças de pedágio, 3 Serviços de Atendimento ao Usuário e 2 Postos de Fiscalização. O contrato de concessão tem prazo de 30 anos, vencendo em mar/50.

A estrutura acionária é composta por 5 construtoras de médio porte e tem como líder a GLP Participações.

O fluxo de veículos é composto principalmente por veículos pesados (85%) que escoam as produções de milho, soja, cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas para o SE.

A estrutura da dívida é padrão para project finance, seniores em fluxos e garantias, amortizáveis, indexadas pelo IPCA e com garantias reais e Covenants.

Segundo a metodologia ESG do RBIF11, o projeto apresenta baixa adicionalidade ambiental devido ao baixo potencial de redução de emissões de GEE. A adicionalidade social é baixa em função da localização do projeto em região de IDH já elevado (MS - 0,762).

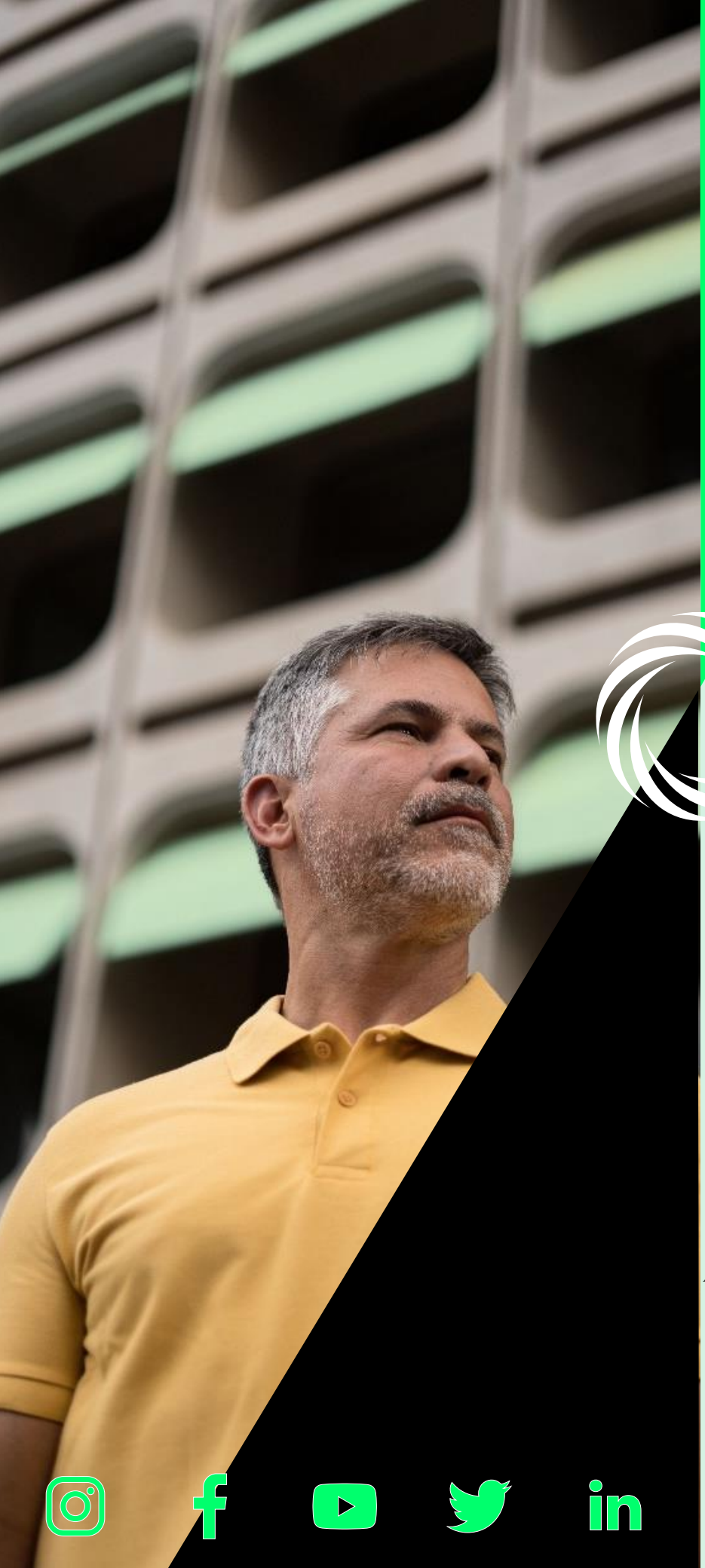
Disclaimer

Signatory of: PRI Principles for Responsible Investment

Autorregulação ANBIMA – Gestão de Recursos

Este material foi elaborado pela Rio Bravo Investimentos Ltda. ("Rio Bravo Investimentos"), inscrita no CNPJ sob nº. 03.864.607/0001-08, e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expressos em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo Investimentos, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo Investimentos. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERANTE AO CÓDIGO ANBIMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS.

SAC / Ouvidoria: 0800 722 9910 | ouvidoria@riobravo.com.br.



riobravo.com.br

Seu investimento tem poder.

RIO BRAVO

Av.Chedid Jafet, 222 - Bloco B, 3º andar, CJ.32
04551-065, São Paulo - SP - Brasil
+55 11 3509 6600 | +55 11 21076600